

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de maio de 2019 às 07h40
Seleção de Notícias

Fator Brasil - Online | BR

Marco regulatório | INPI

Protocolo de Madri: redução de burocracia, prazos e custos, diz Paulo Skaf,	3
---	---

TecMundo.com | BR

Direitos Autorais

Apple, Amazon, Google e MS são processadas por pirataria de música	4
--	---

INTERNET

Protocolo de Madri: redução de burocracia, prazos e custos, diz Paulo Skaf,

Defendido há anos pela Fiesp, projeto que facilita registro de marcas, incentiva ambiente de negócios e reduz custos é aprovado no Senado.

Ações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo junto ao governo contribuíram para a legitimação do Protocolo de Madri.

O Senado aprovou no dia 22 de maio (quarta-feira), o Projeto de Decreto Legislativo nº 98/2019, que permite a adesão brasileira ao Protocolo de Madri, que trata do registro internacional de marcas e de cooperação em matéria tributária. A ratificação desse acordo integra um amplo conjunto de medidas que reduz prazos de análise de depósitos e desburocratiza pedidos de direito de propriedade industrial no Brasil.

A adesão brasileira ao Protocolo de Madri permitirá ao proprietário de um registro de uma marca protegê-la nos 120 países signatários com apenas uma única demanda e em um único idioma, por exemplo. Historicamente, o prazo médio de análise de um pedido de registro é de três a quatro anos, mas com os esforços do **INPI**, o prazo estabelecido pelo Protocolo de Madri deverá ser respeitado, devendo as marcas serem processadas em, no máximo, 18 meses. A Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI) estima que, para fazer esse procedimento em cada lugar, a fatura atingiria US\$ 100 mil. Com o sistema desse Protocolo, cairia para a casa dos US\$ 7,5 mil.

Outras vantagens proporcionadas pela aderência ao acordo são a simplificação do ambiente de negócios e a redução de custos, necessários ao desenvolvimento

de tecnologias e da indústria nacional.

Ações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) junto ao governo - antigo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), à Casa Civil e presidência da República - contribuíram para a retomada da discussão em torno da aprovação do Protocolo de Madri e a legitimação do acordo pelo Legislativo e pelo Executivo, após três anos de intensos trabalhos. A Fiesp participou de todas as comissões pelas quais o projeto tramitou até ele ser colocado na pauta de votação. Portanto, a internacionalização do Protocolo de Madri é pleito antigo da indústria e precisava constar da pauta mínima de 2019.

"O Protocolo de Madri é um pleito antigo da indústria e sua adesão pelo Brasil é fundamental para criar um ambiente mais amigável para os negócios, facilitando a proteção das marcas brasileiras em todo o mundo", afirma Paulo Skaf, presidente da Fiesp e do Ciesp. "A assinatura desse Protocolo significa a redução de burocracia, prazos e custos, os quais poderão ser direcionados para a expansão das atividades das empresas brasileiras", acrescenta Skaf.

De acordo com o presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), Cláudio Vilar Furtado, a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri representa a 'abertura dos portos' de 120 países e regiões às marcas brasileiras e do Brasil às desses países, que representam 80% do comércio global.

O Acordo do Protocolo de Madri segue agora para promulgação.

Apple, Amazon, Google e MS são processadas por pirataria de música

INTERNET



Herdeiros de Harold Arlen estão processando a Apple, Amazon, Google, Microsoft e Pandora sob a acusação de venderem e transmitirem gravações piratas sem a devida indicação de **direitos** autorais. Na ação, advogados da família do compositor da canção "Over the Rainbow", do filme "Mágico de Oz", alegam que as companhias estão realizando "operações massivas de pirataria de música" em suas lojas virtuais e serviços de **streaming**.

No documento judicial é dito que há mais de 6 mil versões ilegais ofertadas nas plataformas das empresas citadas. No texto, há também a acusação de que as empresas envolvidas estão cientes das falsificações e estariam motivadas a oferecê-las em seus websites.

Cópia falsa ainda está no site da Amazon

Uma das gravações mencionadas ainda pode ser vista no **e-commerce** da Amazon, por exemplo. O MP3 completo da versão original do musical "Jamaica", de

autoria de Arlen, é ofertado no site por US\$ 9,99, enquanto a versão falsificada é disponibilizada por apenas 3,99 dólares.

A diferença entre ambas as cópias pode ser também notada na imagem da capa de seus respectivos álbuns: a autêntica exibe o logotipo da RCA Victor, gravadora do disco; a falsa tem o detalhe claramente apagado. "Quanto mais gravações e álbuns os réus digitais disponibilizam em suas lojas e serviços, eles são mais capazes ainda de atrair compradores e assinantes," apontam os advogados do espólio de Arlen.

Capa original do musical "Jamaica", com composições de Arlen (Fonte: reprodução/Amazon).

Capa pirata do musical "Jamaica", com composições de Arlen (Fonte: reprodução/Amazon).

Indenização milionária

O processo tem como objetivo a retirada das cópias não autorizadas dos sites, e reivindica indenização sob a lei federal de **direitos** autorais dos Estados Unidos. Esse saldo poderia chegar aos US\$ 4,5 milhões para os cofres das gigantes de tecnologia.

"Qualquer coisa menor do que os prêmios máximos de danos estatutários encorajaria [esse tipo de] violação, [...] e recompensaria empresas de bilhões e trilhões de dólares que dominam os mercados de música digital", defendem os advogados.

Cupons de desconto TecMundo:Descontos Ama-

Continuação: Apple, Amazon, Google e MS são processadas por pirataria de música

zonDescontos SubmarinoDescontos Ame-
ricanasDescontos em SmartphonesDescontos
Walmart

Camilla Cássia da Silva VIA N-EXPERTS

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3

Marco regulatório | INPI

3

Direitos Autorais

4